



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,  
DR. MARI ALKATIRI,  
NA CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE  
DE MEMBROS DO VII GOVERNO CONSTITUCIONAL**

**Palácio Presidencial Nicolau Lobato  
03 de outubro de 2017**

Sua Excelência

Senhor Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Dr. Francisco Guterres "Lú-Olo" e esposa

Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Dr. Aniceto Guterres e esposa

Excelência Senhor Presidente do Tribunal de Recurso

Dr. Deolindo dos Santos e esposa

Excelências Senhores Ex-Titulares de Órgãos de Soberania

Líderes de Outras Confissões Religiosas

Ilustres Membros do VII Governo Constitucional

Ilustres Deputadas e Deputados

Honrados Líderes de Partidos Políticos e das Forças vivas da Sociedade

Colegas Secretários Regionais da RAEOA

Respeitados Membros do Corpo Diplomático

Estimadas Convidadas e Convidados

Faço uma Referência Oficial que vejo aqui também Membros do VI Governo  
Constitucional

Excelências!

Começo por agradecer a presença de todos a mais de um ato de posse de membros do VII Governo Constitucional.

Prometi durante o processo das eleições parlamentares de Julho de 2017 que, em caso de vitória, independentemente das maiorias ou minorias, que iria optar por um Governo mais inclusivo possível. Todo o esforço foi desenvolvido nesse sentido, e por isso a demora. E a composição do VII Governo traduz esta mesma realidade.

Aquando da minha tomada de posse e dos primeiros membros deste mesmo Governo fiz as considerações que tinha a fazer e não faz sentido repeti-las hoje.

Depois destas últimas atribuladas semanas onde todos os membros já empossados se concentraram na feitura do Programa do VII Governo e na familiarização com a situação dos respetivos Departamentos, por um lado, e a de identificação de mais quadros para integrar a equipa governativa, é tempo de sossegar toda a nossa Sociedade e o povo em geral, apresentando para a tomada de posse deste segundo grupo.

Tenho a consciência clara das apreensões existentes junto de alguns setores da nossa sociedade organizada.

Apreensões legítimas e oportunas. Peço que entendam que, como Primeiro Ministro, fiz tudo para ampliar a inclusão e vou continuar a fazer até terminar com a formação do Governo que chefiar.

Todos nós sabemos que o nosso povo clama pelos direitos de uma qualidade de vida mais digna. O povo exige uma qualidade de vida traduzida na satisfação dos direitos constitucionalmente reconhecidos a melhor educação, melhor saúde, melhor acesso à eletricidade e água potável, a uma alimentação mais regular e mais completa, a uma habitação condigna, etc.

Por isso, o povo, com o seu voto, quis apelar para a necessidade de todas as forças se unirem para garantir paz e estabilidade, condição "sine qua nom" para o sucesso de qualquer programa de desenvolvimento.

Com este diagnóstico mínimo, queremos já reafirmar que, no processo de governação do país, o princípio da corresponsabilização nos atos públicos da feitura de políticas e da sua execução deve ser uma constante, deve ser assumido como uma cultura de Estado no reforço da vida institucional. As medidas estruturantes do Estado serão tomadas após discussões amplas de procura de consensos de modo a se garantir a estabilidade do próprio Estado como uma Instituição pública maior porque o titular da mesma é todo o nosso povo com todos os seus sonhos e esperanças.

A nossa economia continua a exigir de nós uma visão mais integrada de desenvolvimento, uma mais clara racionalização de despesas, um investimento sério e de qualidade nas infraestruturas básicas, um reencontro entre a educação e a cultura, entre a saúde e o saneamento, entre o turismo e a História, a agricultura e a segurança alimentar, entre o comércio e a indústria, etc.

Devemos considerar o financiamento da nossa economia com base em receitas de fontes não renováveis como um crédito que a nossa geração recebe da natureza e das gerações vindouras.

Como crédito que é deve ser ressarcido a médio e longo prazos. Ressarcido de modo a permitir que a economia de uma forma saudável e sustentável.

O nosso povo continua a ser vítima de um modo de vida de uma economia de subsistência e de importação, provocando uma assimetria entre as zonas urbanas e as zonas rurais que são inaceitáveis. Devemos encontrar formas de sair deste marasmo, mobilizando todas as nossas capacidades para responder a estas necessidades mais prementes de todos os mauberes e buiberes.

Reconhecemos o esforço desenvolvido até hoje. O Estado tem tido uma política de investimento em muitos Sectores do desenvolvimento social e económico. Os

resultados deste enorme investimento não têm correspondido às exigências do nosso povo. Temos situações que exigem mais cuidados na abordagem, uma visão multifacetada ou multidisciplinar de intervenção governativa.

A questão de desenvolvimento dos recursos humanos deve ser vista como uma prioridade no reforço da capacidade de administração e de gestão públicas. O V e o VI Governos iniciaram já um trabalho de diagnóstico dos nossos recursos humanos da Administração Pública. O VII Governo analisará os resultados dos estudos e, com base nos mesmos, atuará no sentido da melhoria dos trabalhos em todos os sectores.

Disse que não ia fazer um discurso programático. Prometo fazê-lo na apresentação do programa quinquenal do Governo ao Parlamento Nacional.

Como meia ilha situada geopoliticamente entre países e continentes e com uma história rica de relação com todos os Continentes do Mundo, Timor-Leste deve saber que explorar bem estas suas vantagens e definir uma linha de ação diplomática a favor da afirmação e consolidação da paz e estabilidade nacional, regional e internacional. Deve reforçar a sua capacidade para praticar uma diplomacia económica dinâmica para poder retirar benefícios da economia global. Igualmente deve saber atuar na vertente cultural da diplomacia de modo a reforçar a identidade do nosso povo e conquistar mais e maior admiração daquilo que somos como produto da interação durante séculos e, quiçá, milénios.

Senhor Presidente da República,

Excelências!

Concluindo esta minha curta intervenção permitam dizer o seguinte:

Muito brevemente apresentarei para serem empossados, os últimos membros do VII Governo. Espero que a maioria sejam mulheres. Peço desculpas pelos dissabores que tenho vindo a criar.

Reitero a determinação do VII Governo de tudo fazer para melhorar as condições de trabalho em todos os Sectores. As F-FDTL e a PNTL terão uma atenção muito especial na área da formação e de todos os meios necessários para o desempenho da sua função de garantir a soberania e a paz.

No que toca a soberania, reitero a posição do meu Governo, e em nome do todos de dar o apoio total a nossa equipa negociadora das fronteiras marítimas e terrestres de Timor-Leste. Sua Excelência Kay Rala Xanana Gusmão, e a equipa que chefia, terá sempre reconhecimento formal, legitimação e apoio deste Governo na nobre missão de negociar em nome do Estado de Timor-Leste as nossas fronteiras marítimas e terrestres com os nossos vizinhos. Iniciamos hoje a institucionalização deste mesmo apoio com a posse de Sua Excia o Ministro Adjunto do Primeiro Ministro para a Delimitação de Fronteiras.

A continuidade do Estado faz parte da existência deste mesmo conceito. Dela nasce a necessidade de se desenvolver uma sólida cultura e vida institucional de Estado. A delimitação de fronteiras permanente do nosso Território onde inclui a Terra, o mar e o ar, é um imperativo da afirmação plena do nosso Estado. Por isso, o meu Governo entende que a necessidade de se criar uma instituição adequada, uma Alta Autoridade para a gestão deste tema tão importante quão complexo. A Alta Autoridade deverá ser assumida por todos como uma solução que garante uma visão consistente dos interesses comuns do nosso Estado e do nosso Povo.

Como afirmo antes, no processo de governação o VII Governo pautará sempre a necessidade da continuidade e das políticas de desenvolvimento sustentável adequando todos os seus planos e programas aos Objetivos para Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional carece de um Guia claro e coerente de implementação. O meu Governo tudo fará para iniciar o processo da elaboração deste Guia e buscará a inclusão de todas as forças representativas do povo no Parlamento Nacional, opiniões e propostas sobre esta questão específica e em relação a adoção de políticas e de atos estruturantes de Estado e de interesse nacional.

Incluir para ampliar a participação de todos, interagir com todas as Forças vivas da sociedade, definir formas de colaboração e de apoio mútuos entre o Estado, a Igreja Católica e todas as outras Confissões Religiosas, serão sempre a base incontornável da política do VII Governo Constitucional que tenho a subida honra de presidir.

Muito obrigado.